



XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

**OS DESAFIOS DA
ARQUIVOLOGIA NO
MUNDO DIGITAL**

**Associação dos Arquivistas do
Estado de Santa Catarina**

XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(Org.)

XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Os desafios da Arquivologia no mundo digital”

FLORIANÓPOLIS
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.

Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Leolíbia Luana Linden
Luiza Morgana Klueger Souza
Camila Schwinden Lehmkuhl
Amanda Herzmann Vieira

Comissão Científica

Camila Schwinden Lehmkuhl
Aline Karmes Krüger
Eliandro dos Santos Costa
Eva Cristina Leite da Silva
Fernanda Frasson Martendal
Francisco Alcides Cougo Júnior
Graziela Martins de Medeiros
Luciane Paula Vital
Luiza Morgana Klueger Souza

Ficha catalográfica elaborada por Juliana A. Gulka - CRB-14/1514

E56a Encontro Catarinense de Arquivos (14. : 2019 : Florianópolis, SC)

Anais do XIV Encontro Catarinense de Arquivos: "Os desafios da Arquivologia no mundo digital" / Organizado [por] Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina . – Florianópolis : Editora AAESC, 2020.

81 p. : il. Color

ISBN 978-65-990750-0-1

1. Arquivologia. 2. Gestão documental. 3. Patrimônio Documental - Arquivos. I. Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina

CDU 025.171(816.4)

SUMÁRIO

- 7** **Diagnóstico em Acervos Digitais: estudo de caso em um órgão do Poder Executivo Federal**
Diagnosis of Digital Collections: Case Report of a Federal Agency
Ívina Flores Melo Kuroki; Charley Luz
- 16** **Diagnóstico da gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise dos dados de pesquisa do Observatório de Documentos Digitais**
Diagnosis of the management of digital archival documents at the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education: analysis of Digital Data Observatory research data
Eduardo Rafael Miranda Feitoza; Daniel Flores
- 26** **O processo de descrição arquivística no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**
The process of the archival description at the Regional Electoral Court of Santa Catarina
Camilla Pietra Otto; Luciane Paula Vital
- 36** **Descrição arquivística: conceito nos periódicos científicos brasileiros**
Archival description: concept in Brazilian scientific journals
Luciane Paula Vital; Cher Oliboni Luza
- 42** **A fundamentalidade do apoio Legal às atividades arquivísticas: o Arquivo Público Municipal de Chapecó**
The fundamentality legal support to archival activities: the Arquivo Publico Municipal de Chapeco
Katuscia Winckler Migliavacca
- 48** **Patrimônio cultural em risco: arquivos e planos de emergência**
Cultural heritage at risk: archives and emergency plans
Carlos Alberto Rodrigues; Eliana Maria dos Santos Bahia
- 57** **A memória preservada e recuperada pela descrição arquivística: as fotografias digitais de jornal**
The preserved memory by archival description: the newspaper digital photographs
Alvaro Pouey Filho; Francisca Ferreira Michelon
- 65** **Acervo fotográfico em Arquivos Públicos: em busca do corpus da literatura e suas contribuições**
Photographic collection in Public Archives: searching for the corpus of literature and its contributions
Eva Cristina Leite da Silva; Vanessa Aline Schweitzer Souza
- 75** **Transcrição e Digitalização dos manuscritos da Colônia de Blumenau do século XIX – acervo que integra o setor de obras raras da Biblioteca Universitária da UFSC**
Transcription and Digitization of manuscripts of the 19th Century Blumenau Colony - collection that integrates the rare works sector of the UFSC University Library
Glauca da Silva; Aline Carmes Krüger

“É preciso criar uma mentalidade em todos os níveis sociais e em todas as faixas etárias da nossa população, visando defender o nosso patrimônio documental.”

(WALTER PIAZZA, 1988)

APRESENTAÇÃO

O Encontro Catarinense de Arquivos (ECA) começou a ser organizado em 1984, por meio de uma parceria entre a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAAP-SC) e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o objetivo de reunir representantes de instituições públicas e privadas, estudantes de universidades e pessoas interessadas na preservação e guarda do patrimônio documental catarinense. Realizado a cada dois anos, o ECA foi sediado pelos seguintes municípios: Florianópolis (1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 2002 e 2004), Joaçaba (1990), Blumenau (1994 e 2000) e Jaraguá do Sul (1998 e 2007).

Em 2017, após uma lacuna de 10 anos desde o último ECA, a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) tornou-se responsável pela promoção do evento em parceria com o APESC. A 13ª edição ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, tendo como tema “Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”.

Depois de dois anos, a 14ª edição do evento ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2019, na sede do APESC, resultado de uma parceria entre a AAESC, o APESC e o curso de graduação em Arquivologia da UFSC. Esta edição teve a seguinte temática: “Os desafios da Arquivologia no mundo digital”. Foram cerca de 70 participantes, provenientes das cidades catarinenses de Florianópolis, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Blumenau, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Criciúma e Chapecó, além de outros estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

Quanto a programação do XIV ECA, estiveram presentes palestrantes renomados no cenário arquivístico nacional, como Daniel Flores, da Universidade Federal Fluminense, que trouxe reflexões acerca do arquivista do futuro em meio à transformação digital da área, e Beatriz Kushnir, Diretora Geral do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, apresentando as implicações da PL 7920/2017 e MP 881/2019. Além de falas locais, como de Sandra Zanon (TRE/SC), trazendo aspectos práticos da arquivologia digital atual no cenário público. Oficinas e minicursos sobre: leitura e transcrição de documentos manuscritos (Juçara Wolf e Luciano Von Fruhauf); captação de recursos pela Lei de Incentivo à Cultura (Paola Nascimento); descrição e indexação na plataforma AtoM (Daniel Flores), além da apresentação dos nove artigos que compõem esses anais.

Durante a plenária final do evento, foram sugeridas as seguintes moções:

- 1) Incentivar a criação de vagas para arquivistas em instituições arquivísticas;
- 2) Buscar melhores condições de funcionamento ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC);
- 3) Buscar ações de integração junto com o Curso de Graduação em Arquivologia, AAESC e instituições arquivísticas;
- 4) Articular cursos de extensão e de especialização em arquivos para capacitação dos profissionais de arquivo;
- 5) Articular ações para implantação e estruturação de arquivos municipais;
- 6) Buscar a criação de uma modalidade específica para arquivos no Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura.

Além das moções, durante o encerramento do evento foi entregue o prêmio Walter Piazza, neste ano contemplando a Professora Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho por sua larga contribuição para o desenvolvimento da Arquivologia Catarinense, além de ser uma das fundadoras do curso de graduação em Arquivologia da UFSC.

Este livro busca registrar os trabalhos que foram apresentados no XIV ECA, diante da significativa contribuição deste evento para o desenvolvimento da Arquivologia no estado, enquanto um espaço de compartilhamento entre representantes de instituições públicas e privadas, arquivistas, profissionais que atuam em arquivos, estudantes de universidades e demais pessoas interessadas pela preservação do patrimônio documental do estado de Santa Catarina.

Os trabalhos estão organizados em forma de capítulos e subdivididos entre os eixos: Eixo 1 - Gestão Documental, que compreende os processos de organização dos arquivos, abrangendo as atividades de classificação, descrição e preservação voltadas à técnicas e metodologias de trabalho; Eixo 2 - Ferramentas tecnológicas aplicadas a arquivos, que vislumbra a aplicação tecnológica frente aos fazeres arquivísticos, tratando de metodologias, padrões nacionais e internacionais, assim como sistemas para a gestão documental; e Eixo 3 - História, memória e patrimônio nos arquivos, que engloba as atividades de difusão e acesso aos documentos, bem como o papel dos arquivos em uma perspectiva cultural.

Desejamos uma ótima leitura!

A memória preservada e recuperada pela descrição arquivística: as fotografias digitais de jornal

The preserved memory by archival description: the newspaper digital photographs

Alvaro Pouey Filho, Universidade Federal de Pelotas, R. Gomes Carneiro, 01, Balsa, Pelotas, RS. pouey2@gmail.com

Francisca Ferreira Michelin, Universidade Federal de Pelotas, R. Gomes Carneiro, 01, Balsa, Pelotas, RS.
fmichelon.ufpel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1736-1334>

Resumo: A descrição das fotografias de jornal apresenta desafios teóricos e práticos que trazem situações que muitas vezes necessitam um aprofundamento teórico da área do jornalismo para compreender a estreita relação que existe entre a fotografia e os textos, e desta forma aplicar essa relação à descrição arquivística. Diversos são os fatores que regem a produção, a variabilidade das origens e os distintos momentos em que uma fotografia é utilizada e reutilizada no contexto das reportagens, sendo esses fatores também de grande importância na manifestação dos metadados descritivos. Neste trabalho é analisado o Princípio da Proveniência, da Unicidade e a diversidade de produtores que podem contribuir para a inserção de uma determinada fotografia no corpo de uma reportagem jornalística. Estes fatores são acentuados quando a fotografia de jornal é pensada no ambiente digital. Conjuntamente com essas apreciações também é analisada a memória coletiva, mais especificamente, os sociotransmissores, que são reconhecíveis na fotografia, no próprio jornal e na descrição arquivística.

Palavras-chave: Memória coletiva. Metamemória. Sociotransmissores. Fotojornalismo. Descrição Arquivística.

Abstract: The description of the newspaper photographs presents theoretical and practical challenges that bring situations that often require a theoretical deepening of the area of journalism to understand the close relationship that exists between photography and texts, and this To apply this relationship to archival description. There are several factors governing the production, the variability of the origins and the distinct moments in which a photograph is used and reused in the context of the reports, and these factors are also of great importance in the manifestation of the metadata Descriptive. This paper analyzes the principle of provenance, uniqueness and the diversity of producers that can contribute to the insertion of a particular photograph in the body of a journalistic report. These factors are accentuated when newspaper photography is thought of in the digital environment. Together with these assessments, it is also analyzed the collective memory, more specifically, the sociotransmitters, which are recognizable in the photograph, in the newspaper itself and in the archival description.

Keywords: Collective memory. Metamemory. Sociotransmitters. Photojournalism. Archival Description.

1 INTRODUÇÃO

Tendo por objetivo analisar e discutir alguns conceitos enunciados por autores que desenvolveram estudos sobre a memória coletiva e aplicá-los frente a descrição arquivística, tendo como objeto as fotografias jornalísticas produzidas em meio digital, este trabalho busca compreender quais metadados e de que forma esses podem auxiliar na relação entre descrição, memória e fotografia de jornal.

A custódia de fotografias pelos arquivos, como comenta Franch (2008), por ser já conhecida, levou a um desenvolvimento teórico das práticas necessárias para que a gestão desse documento seja eficaz. Contudo, esse autor diz que, com a fotografia digital, todo o processo arquivístico deve ser revisto, uma vez que, apesar de se tratar de uma imagem fotográfica, a natureza da fotografia digital é distinta. Antes, uma imagem captada e registrada no filme fotográfico, passando pelo processo de revelação até chegar à sua manifestação impressa. Hoje, uma série distinta de elementos compõem esse processo, trazendo aos estudos memoriais os bits, softwares de leitura e representação e o armazenamento nos hardwares. Assim, transformam-se os suportes memoriais e, por consequência, os meios de transmissão.

A complexidade que envolve os estudos da memória, caracterizados por diversos contributos teóricos e variadas compreensões dos fenômenos memoriais, oferece à Arquivologia a possibilidade de aprofundar as discussões a respeito dos efeitos que a gestão documental, em especial a descrição arquivística, é capaz de subsidiar a transmissão da memória arquivada.

Para (MENNE-HARITZ, 2001, p. 59), “os arquivos não armazenam memória. Mas eles oferecem a possibilidade de criá-la”. Pelas palavras da autora, se pode advertir que não há memória no fato de nos arquivos estarem recolhidos, depositados ou armazenados documentos. Para que efetivamente se possa ligar a memória aos arquivos é necessário que esses sejam ativados, isto é, utilizados como uma fonte criadora de memória. Nesse contexto entra a função arquivística da descrição que funciona como uma “ponta de lança” no acesso e compreensão dos documentos depositados nos arquivos, sejam correntes, intermediários ou permanentes.

Para que o desenvolvimento desse trabalho seja adequado é necessário, antes de trazer o conceito de sociotransmissor, que é de fundamental importância e ponto crucial na análise da descrição arquivística das fotografias de jornal como elemento memorial, discorrer brevemente a respeito da memória coletiva e posteriormente entrar no conceito de metamemória, para então, poder argumentar com eficácia na análise da função sociotransmissora da descrição arquivística aplicada às fotografias de jornal.

Como fundamento norteador das discussões sobre memória coletiva, utiliza-se o conceito de metamemória, do antropólogo francês Joël Candau. Para esse autor, existe uma insuficiência terminológica na expressão memória coletiva, e para isso, comenta que “toda a tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado” (CANDAU, 2012, p. 34).

Essa observação feita por Candau nasce da problematização do próprio conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs. Para compreender a questão levantada por Candau, é necessário trazer o conceito de memória coletiva. A memória coletiva, expressão cunhada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, diferentemente da memória ao nível individual, possui certas peculiaridades e uma intrincada rede de relações necessárias entre os indivíduos de um grupo ou sociedade para ser compreendida e aceita.

Halbwachs diz que “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Quando o autor diz que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros” (ibidem, p.26), nos diz que, invariavelmente, a memória individual existe a partir da memória coletiva. Surge então a questão do grupo como centro nessa transmissão e constituição da memória. Nesse deslocamento, as informações que recebia dos diferentes grupos, iam somando-se, criando quadros e imagens de locais que foram descritos por indivíduos de distintos grupos. O autor descreve alguns exemplos que buscam demonstrar essa relação entre o individual e o grupo: “atravessando uma ponte, considerei o efeito da perspectiva que meu amigo pintor havia assinalado (ou que me havia surpreendido num quadro, numa gravura)” (HALBWACHS, 1990, p. 26). No relato acima citado, o autor quis demonstrar a influência externa da construção da memória coletiva frente as experiências vividas de uma memória individual.

No entanto, como já citado anteriormente, muitas informações podem não ser compartilhadas, ou podem permanecer subscritas em linhas não perceptíveis da relação entre o indivíduo e seus grupos. Nesse ponto retornamos a Joël Candau. Esse autor ao se referir ao compartilhamento memorial diz que “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2012, p. 47). Nessa explicação do autor se pode compreender que existe no compartilhamento das memórias uma seleção natural daquilo que é recebido ou transmitido, ligado, como comenta o autor, a “objetivos comuns e essa abertura recíproca de memórias individuais” (ibidem, p. 47).

A metamemória, como solução para reduzir a dicotomia entre memória individual e coletiva é definida por Candau como sendo uma representação referente à faculdade da memória, isto é, “a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória” (Ibidem, p. 23). Isto significa que a metamemória é a forma como interpretamos e representamos nossas lembranças, e também, o que fazemos com estas. O termo “representação” está também presente nas descrições, onde aparecem uma série de elementos a serem interpretados pelos usuários.

Uma vez que a memória coletiva, desde a compreensão proposta por Candau é uma representação, é pertinente a esse estudo analisar a figura do testemunho que, invariavelmente, pode ser reconhecida nos elementos gerados na descrição arquivística. Paul Ricoeur trata do testemunho comentando que é “[...] no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ele ressurgiu no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens” (RICOEUR, 2012, p.170).

É na capacidade representativa do testemunho que este pode vir a sustentar a possibilidade de fazer parte da construção memorial armazenada nos arquivos, não ficando restrito simplesmente ao ato do arquivamento. Também, se pode compreender o testemunho como uma forma de exteriorização da memória, baseado na sua capacidade de transmissão e representação. Nessa perspectiva, tendo que o ato de descrever um documento fotográfico é a busca por representar através de palavras uma imagem, esta está diretamente ligada à transmissão memorial por meio dessas representações desenvolvidas pelo arquivista.

Candau afirma que é justamente na capacidade de exteriorização “que vai permitir a transmissão memorial”, e que estamos sempre recorrendo a “extensões da memória” (CANDAU, 2012, p.107). Essas extensões da memória, como salienta o autor, que é a escrita, “permitiu, sem dúvida, a socialização da memória e a possibilidade de estocagem

de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral” (ibidem, p. 108).

Para Candau, a transmissão das memórias nas sociedades modernas possui mediações, e dentre essas, se encontra o arquivo, fotografias, jornais, livros, etc., e como meio objetivo nessa mediação temos a descrição arquivística. No início do capítulo dedicado ao Arquivo no livro *Memória, identidade e esquecimento*, Paul Ricoeur tece o comentário de que “o testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ela é lida, consultada” (RICOEUR, 2012, p. 176). Neste ponto cabe ressaltar que o testemunho, hoje nos arquivos, pode assumir distintos meios de suporte, não ficando atrelados somente aos documentos escritos. Não obstante, quando o autor comenta que o testemunho pode ser consultado pelos historiadores, desde o ponto de vista da Arquivologia, essa informação só é factível desde que a informação possa ser recuperada dentro dos imensos repositórios documentais custodiados pelos arquivos. Nesse ponto, os arquivos possuem ferramentas de busca, constituídos de dados recolhidos (representação) no momento da descrição documental, que torna capaz a recuperação e transmissão da informação/testemunho.

Por fim, a memória, para Candau, é dividida em três níveis: a protomemória, a memória propriamente dita e a metamemória; também discute os conceitos de memórias fracas e memórias fortes. Uma vez que as duas primeiras categorias, protomemória e a memória propriamente dita, segundo o autor, por serem compostas separadamente as tornam incapazes de serem compartilhadas e dependentes da capacidade de memorização. Para Candau, a metamemória, como dito anteriormente, é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória [...]. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva” (CANDAU, 2012, p.23). Se pode compreender que essa seria uma memória dinâmica entre o indivíduo e seu passado.

O autor comenta que “a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (ibidem, p. 24). Segundo Candau, “metaforicamente, os sociotransmissores preenchem entre os indivíduos a mesma função que os neurotransmissores entre neurônios: favorecem as conexões” (CANDAU, 2009, p.52).

Dois pontos são fundamentais à capacidade atribuída aos sociotransmissores de preencher as lacunas entre os indivíduos, o que significa, atuarem como um vetor na difusão de dados, fatos etc. que por fim, alimentam o intercâmbio de memórias entre os grupos e os indivíduos. Este autor ainda salienta a importância dos sociotransmissores como sendo “indispensáveis à transmissão memorial”, que envolve basicamente o compartilhamento.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Por estar diretamente ligada ao acesso e como fonte de testemunho, a descrição das fotografias de jornal é um ponto essencial na possibilidade de construção de memória por gerar representações dos documentos que atuam como meio de transmissão. Cabe ressaltar que, desde nosso ponto de vista, a descrição não está somente conectada ao acesso, mas também em fornecer todos os dados possíveis de contextualização do uso e possíveis reutilizações a que uma fotografia de jornal é submetida nas suas vinculações nos meios de comunicação jornal.

Para Yeo (2016), a descrição é muito mais do que o acesso que oferece aos documentos de arquivo, é um instrumento de gestão que protege os documentos e busca revelar seu contexto de produção e utilização. Segundo Cruz Mundet, [...] constitui a parte culminante do trabalho arquivístico e vem a coincidir exatamente na sua finalidade com a dos próprios documentos: informar” (CRUZ MUNDET, 2012, p. 231). Tem-se então que a descrição é a ligação entre o documento e o usuário, contextualizando o documento no espaço e no tempo. Nesse contexto, a descrição, a fotografia de jornal e o próprio jornal são elementos que adquirem o atributo de serem sociotransmissores sociais, que juntos formam uma tríade importante para a memória.

Na teoria arquivística alguns fatores são extremamente relevantes no momento de pensar a descrição dos documentos de arquivo. O primeiro diz respeito ao próprio conceito de documento de arquivo, necessário para que a fotografia de jornal seja compreendida como tal, e não somente como uma coleção aleatória, um álbum. Essa necessidade surge quando Lacerda (2012), diz que apesar de as fotografias estarem sistematicamente presentes nos acervos arquivísticos não ocorreram estudos teóricos sobre esse suporte.

Atento às problemáticas que surgem com essas palavras e buscando propor que a fotografia de jornal é, sem dúvidas, um documento de arquivo, começamos por citar Luciana Duranti.

Para Luciana Duranti, “Os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade” (DURANTI,1994, p. 52).

No que se refere à fotografia de jornal, compreendida aqui como uma tipologia documental por ser um documento que nasce de uma função, que é a de informar, ligada à função do meio de comunicação, possui um produtor e também uma relação orgânica indissociável com a série de textos que a acompanham as reportagens, como será demonstrado em capítulo específico dedicado à fotografia de jornal. É importante salientar que a confiabilidade e autenticidade da informação que uma fotografia de jornal disponibiliza à sociedade está diretamente ligada ao próprio meio de comunicação que faz uso desse documento.

Distintamente às fotografias analógicas, as fotografias digitais possibilitam a utilização na descrição de uma série de metadados que são criados pelo próprio equipamento. Desses dados, chamamos a atenção para a possibilidade de registrar no próprio equipamento o nome do fotógrafo, isto é, o produtor. Nos modelos mais atuais ainda existe a possibilidade de registrar nos metadados da fotografia a localização geográfica onde a fotografia foi registrada. Essas informações podem ser capturadas e utilizadas na descrição dos documentos.

O primeiro problema a ser enfrentado na teoria arquivística frente a fotografia de jornal está no Princípio da Unicidade, uma vez que é prática reconhecida a existência de frequentes reutilizações de fotografias em diferentes contextos informativos. É com base nesse princípio que a descrição arquivística deve ter atenção ao intitular, atribuir palavras-chave e datas no preenchimento das fichas descritivas desse documento.

Segundo a teoria arquivística, a unicidade é definida como: “O documento arquivístico é único no conjunto documental ao qual pertence. Podem existir cópias em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o conjunto de suas relações com os demais documentos do grupo é sempre único” (e-ARQ BRASIL, 2011 p.21).

A fotografia jornalística é única, criada a partir da necessidade informativa do meio de comunicação. Quando vinculada a uma reportagem passa a fazer parte de um contexto onde uma série de informações circundam-na. São os documentos textuais produzidos para a reportagem, as legendas e outros dados que criam um todo orgânico criando um documento impresso nas páginas do jornal. Quando essa mesma fotografia é reutilizada em uma distinta reportagem, com um outro texto informativo, criando um novo conjunto, nesse novo contexto a fotografia se torna novamente única no contexto informativo.

Na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), o termo “fotografia” é encontrado 44 vezes. A mais relevante referência à fotografia encontrada na Norma diz respeito à compreensão desta como uma tipologia documental. No que se refere ao item 1.5, que trata da dimensão do suporte, por se tratar de um objeto digital, compreende-se que as medidas adotadas devam ser padronizadas, tendo em conta o formato em que a fotografia foi produzida.

Tendo como base a teoria jornalística, uma fotografia, mesmo criada por um profissional do meio de comunicação, só pode ser considerada uma fotografia de jornal se esta for publicada. Desta forma, visando a contextualização do documento descrito, a data de produção factual do documento se torna dependente da data de publicação. Assim, esse é outro dado descritivo que, para essa tipologia documental, fotografia de jornal, deve ser salientado quando da utilização da Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

A data de publicação, porém, pode ser encontrada na Rules for Archival Description (RAD2), do Canadá, e também um capítulo específico para essa tipologia documental em meio digital. O Capítulo 4 destina-se especificamente às fotografias e outros materiais gráficos onde, no item 4.4B está a data de criação; no item 4.4C o local de publicação; e por fim no item 4.4F temos a data de publicação.

Os campos de descrição levantados durante o processo de pesquisa na RAD2, demonstraram ser capazes de satisfazer tanto os arquivistas e/ou responsáveis das instituições jornalísticas, bem como poderiam servir de maneira eficaz à recuperação e contextualização das fotografias jornalísticas. Além disso, trouxe-se um campo que torna o uso da fotografia rastreável nas diversas publicações que estas, por ventura, sejam reutilizadas.

A fotografia original é única quando vista isoladamente ou dentro de toda a série criada pelo fotojornalista, todavia, quando vinculada a distintas reportagens, ela se torna única dentro de cada uma dessas. Mesmo que a questão da unicidade seja passível de uma problematização mais aprofundada, todavia, a questão que envolve a organicidade entre a fotografia e o texto, como será demonstrado, é um ponto fundamental para a contextualização da fotografia do meio jornalístico.

No que se refere à ordem original, na fotografia em meio digital esta é automaticamente produzida pelos equipamentos fotográficos. Com uma série de códigos de letras e números, as fotografias podem ser mantidas na sua ordem de produção. É importante salientar que, se houver um descarte no instante de produção a sequência não sofre alterações. Exemplificando, na câmera Canon os metadados que demonstram a ordem original são dados pelo código “IMG_2952.xmp” e as fotografias seguintes seguem a ordem numérica.

Outros dados importantes para a descrição das fotografias de jornal também podem ser recolhidos ao examinar os metadados produzidos automaticamente pela máquina e mesmo após passarem por processos de melhorias como contraste, iluminação, reenquadramento etc. alguns desses metadados são:

- Fabricante; Modelo da câmera; Tempo de exposição; Data e hora de geração dos dados; Distância focal da lente; Software utilizado (quando houver manipulação); Data e hora de modificação do arquivo; Produtor, dentre outros. (fonte do autor)

Bem como outros documentos arquivísticos produzidos em meio digital, tanto as fotografias analógicas (quando na sua representação em rolo de filme), bem como as digitais apresentam metadados suficientes para uma descrição consistentemente efetiva.

Ponto fundamental na descrição arquivística é, segundo Yeo (2016), poder determinar a proveniência do documento. Com o princípio da proveniência surge outro ponto essencial para a fotografia de jornal. Segundo Cunningham (2007), “se não se sabe a proveniência de um documento, então o documento não pode ser mais do que uma fonte descontextualizada de informação” (CUNNINGHAM, 2007, p.77). Uma vez que as fontes das fotografias para uso nos jornais, sejam impressos ou em meio digital, são das mais variadas fontes, de agências especializadas, de outros veículos de comunicação e até mesmo de fotógrafos amadores, trazer esse dado às descrições se torna um ponto crucial. Tendo em vista essas peculiaridades que envolvem a fotografia de jornal, nada mais óbvio do que recorrer às teorias jornalísticas para compreender, mesmo que brevemente, como funciona esse documento no âmbito jornalístico. Para isso damos início ao terceiro ponto desse artigo.

3 FOTOGRAFIA DE JORNAL

O desenvolvimento do uso da fotografia como uma fonte de informação nas reportagens de jornal, segundo FREUND (1983), foi no ano de 1880 que por primeira vez uma fotografia foi reproduzida mecanicamente nas páginas do Daily Herald, da cidade de Nova York.

Para compreender a fotografia de jornal como um sociotransmissor da memória, tomamos as palavras de Freund: “A introdução da foto na imprensa é um fenômeno de capital importância. Muda a visão das massas. Até então, o homem comum só podia visualizar os acontecimentos a ocorreria próximo a si, na rua, em seu povoado. Com a fotografia, se abre uma janela para o mundo” (FREUND, 1983, p. 96).

Nessas palavras se pode compreender que a fotografia, em especial as fotografias reproduzidas nas páginas dos jornais, que chegam ao conhecimento das sociedades em que o meio de comunicação alcança com suas publicações, é capaz de fazer conhecer os acontecimentos e transmitir informação que acabam por moldar memórias sociais. Corroborando com as afirmações acima, Castellanos (2003, p.15), traz que: “é uma forma de comunicação social através da qual se dão a conhecer e se analisam os feitos de interesse público”. Dessa forma se pode compreender a fotografia de jornal como parte da construção de uma memória social ou coletiva, uma representação metamemorial.

Desde o ponto de vista histórico, vale lembrar, a fotografia como informação e conhecimento teve seu desenvolvimento durante a Revolução Industrial, quando o consumo por imagens levou gradativamente ao aperfeiçoamento técnico. Nesse contexto, o autor ressalta “as novas técnicas de impressão desenvolvidas pela indústria gráfica naquele período, o que levou a uma produção massiva pelos meios de comunicação” (KOSSOY, 2001, p 26).

O fotojornalismo no Brasil, seguindo a linha dos jornais europeus, utilizava as fotografias como um modelo a ser utilizado por gravuristas, uma vez que o público ainda via a gravura com mais credibilidade em relação à fotografia (BUIIONI, 2007). A autora ainda revela que a revista “Semana Ilustrada”, surgida em maio de 1900 até o final da década de 1950, e editada na cidade do Rio de Janeiro, além de trazer fotografias nas suas edições desde seu primeiro número, foi responsável pelo “imaginário visual” do país. A revista “O Cruzeiro”, de 1928, foi, segundo Buitoni, a responsável pelo surgimento da “mentalidade de fotojornalismo” no Brasil (BUIIONI). A autora descreve essa relação comentando que “A revista de Chateaubriand apresentava um certo Brasil aos brasileiros: cidades,

paisagens, cenas folclóricas, tipos regionais, crimes, os índios – sendo contatados e sendo trazidos para a “civilização”, artistas de cinema americano, artistas de rádio, políticos, inaugurações, carnaval...” (BUITONI, 2007, p.105).

Nas palavras de Buitoni, mais uma vez, se pode constatar o dito anteriormente de que as fotografias e os jornais possuem a capacidade de mostrar à sociedade aquilo que está distante, transmitindo e construindo memória.

No século XXI, podemos constatar uma imensa proliferação das fotografias, sendo transmitidas automaticamente dos equipamentos profissionais ou celulares para qualquer lugar do mundo, porém, foi no ano de 1936, que a fotografia jornalística experimentou uma nova realidade. Nesse ano, “o jornal “O Globo” publicou por primeira vez uma fotografia da olimpíada de Berlim, transmitida via rádio, processo conhecido como “radiofoto”” (BARBOSA e LOUZADA, 2012, p. 64).

Desde a publicação desta primeira fotografia até os dias de hoje, diversos foram os avanços tecnológicos, e com ele, novos desafios se apresentam à descrição arquivística. Contudo, cabe ressaltar, a relação orgânica entre os textos e a fotografia seguem mantendo o mesmo nível de diálogo, o que significa, que ambos documentos devem seguir unidos nos repositórios.

Agilidade na produção, transmissão e armazenamento são algumas das características que a fotografia digital trouxe ao mundo jornalístico. Todavia, segundo Buitoni, a imagem digital abriu possibilidades de manipulação e edição de maneira mais ágil. Outro fator que chama a atenção da autora e daqueles que com formação em Arquivologia, no que diz respeito ao descarte das fotografias: “O próprio fotógrafo já edita, ao descartar, nos segundos seguintes, a imagem que não lhe pareceu boa” (BUITONI, 2007, p.108).

Com a fotografia digital e a web, Buitoni nos traz um novo termo: “webjornalismo” e cita o jornal Clarín como sendo de vanguarda nessa nova realidade. Diz Buitoni a respeito deste: “Em alguns jornais, como o Clarín, a fotografia é usada como link para texto gráfico, texto sonoro, como chave para conexões ‘hipertextuais’” (BUITONI, 2007, p.109). Nessa afirmação, encontramos, pela primeira vez, a relação texto-imagem sendo colocada na direção: primeiro veja as imagens e depois busque o texto para compreendê-la.

A proliferação de fotografias no mundo digital torna o controle das fontes um desafio a ser alcançado pela descrição arquivística. Para Candau (2009), vivemos num momento de uma superprodução de imagens, o que o autor chama de “iconorréia”. Assim, mais uma vez, afirmamos a necessidade de um controle na difusão das fotografias digitais a partir da sua produção e efetiva descrição documental.

A fotografia para Sontag (2004), é uma apropriação daquilo que é fotografado, uma forma de poder que fornece informações sobre o passado e mantendo acessível no presente e futuro.

A fotografia digital, efêmera na sua essência, tomou o espaço na produção de imagens no cotidiano pessoal e profissional onde, segundo David Franch, “ocorreu uma ruptura tecnológica do processo químico e assim uma tensão dentro da continuidade histórica e cultural do objeto fotográfico” (FRANCH, 2008, p.14). Essa efemeridade da fotografia digital reside no fato de que se faz necessária a utilização de um programa computacional para que a imagem seja demonstrada e não existe um produto palpável.

Essa questão é também sustentada por Ivan Giacomelli que diz: “Antes mesmo das câmeras digitais ganharem as ruas, um outro instrumento vital para sua popularização já estava disponível no mercado. Eram as “câmaras escuras” digitais, programas de computadores para edição e tratamento cromático eletrônico de imagens. São estes programas que permitem que a foto digital seja “revelada” no computador” (GIACOMELLI, 2000, p.57).

A desmaterialização da imagem fotográfica, agora representada em códigos binários de zeros e uns, é descrita por David Franch como sendo a “ausência de uma estrutura física da imagem”. Esse novo processo retira, segundo o autor, o suporte físico como um fator decisivo de influência sobre a fotografia. Então, segundo o autor:

[...] na fotografia digital, se estudam as arquiteturas, quer dizer, a estruturação de uma informação codificada em binário que identifica o tipo de objeto digital e suas características de representação. Neste caso, o suporte físico é circunstancial e não influi de maneira decisiva sobre a imagem. (FRANCH, 2008, p.15)

A representação da imagem em que na tecnologia analógica se dava por meio de películas sensíveis à luz, agora se dá por meio de um código de sinais positivos e negativos e estes são gerados e compreendidos por um dispositivo eletrônico (FRANCH, 2008).

Então, o produto fotográfico e sua manifestação modificaram de forma radical a história da fotografia, e isso também, trouxe uma série de desafios técnicos para seu tratamento arquivístico, em especial no âmbito da descrição.

Com a mesma velocidade com que uma fotografia é transmitida a partir do próprio equipamento do fotojornalista no ato de sua produção, a descrição desse documento deve alcançar sua máxima agilidade na entrada no arquivo corrente.

4 CONCLUSÃO

Toda a problemática que se apresenta com essa evolução tecnológica é refletida no controle da descrição dos arquivos responsáveis pela guarda desses documentos. Os metadados de produção, vinculação, as distintas proveniências, data (s) de publicação são alguns dos exemplos dos quais a descrição arquivística deve levar em consideração. Manter a contextualização das fotografias significa também aportar informações que podem evitar significativas perdas para os estudos memoriais.

Uma fotografia jornalística descontextualizada pode interferir diretamente na confiabilidade da informação contida nessa tipologia documental. Tendo que a descrição passou por um processo de ampliação de sua visão, compreendendo as novas necessidades do século XX e incluindo campos de descrição que, além do acesso, busca a contextualização dos documentos de arquivo.

A necessidade de transformações ou evoluções nas áreas que envolvem os tratamentos documentais, entre estes o ato de descrever os documentos de arquivo, é bem defendida por Cook (2012), que diz:

No coração do novo paradigma está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais; que não mais olha para documentos como produtos passivos da atividade humana ou administrativa e considera os próprios documentos como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto da criação de registros dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-los em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho (COOK, 2012, p. 4).

Nesse novo contexto defendido por Cook de como compreender os documentos de arquivo e os tratamentos dedicados a eles pelos arquivistas, esses devem necessariamente trabalhar com as teorias que envolvem os meios de comunicações, jornal, para compreender todo o funcionamento que faz surgir uma reportagem, para então aplicar esse conhecimento no desenvolvimento de descrições que atendam, tanto as demandas dos usuários internos, como aqueles que acedem aos arquivos jornalísticos para executarem suas investigações.

Por fim, cabe ressaltar que na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, frente às fotografias utilizadas e /ou produzidas em meio digital, necessita de alguns ajustes para que atenda devidamente essa tipologia. Esses ajustes não significam negar a importância dessa norma, e como salienta Carol Couture “reexaminar não é rejeitar, revisar não é demolir” (COUTURE, 2015, p. 148).

A problematização das fotografias de jornal produzidas em meio digital traz diversas indagações e questionamentos aos arquivistas. Desde saber quais as necessidades dos usuários nas redações jornalísticas, quais as informações necessárias na recuperação, qual a proveniência desses documentos, dentre outras. Assim, abre-se um campo instigante para investigação no campo arquivístico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. e-Arq Brasil Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro, 2011.

BARBOSA, Marialva; LOUZADA, Silvana. Fotojornalismo no Brasil: um percurso histórico. *Media & Jornalismo*, Lisboa, N°20, Vol.11, n°1, 2012. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/MEDIA-JORNALISMO-20.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Fotografia e jornalismo: da prata ao pixel – discussões sobre o real. *LÍBERO – Ano X*, n° 20, dez. 2007. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wpcontent/uploads/2014/05/Fotografia-e-jornalismo.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CANADIAN COMMITTEE ON ARCHIVAL DESCRIPTION. Rules for Archival Description, 2ª ed. Bureau of Canadian Archivists, Ottawa (2008). Disponível em: http://www.cdncouncilarchives.ca/rad/radcomplete_july2008.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Editora Contexto. São Paulo, 2012.

CASTELLANOS, Ulises. Manual de fotoperiodismo: retos y soluciones. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, A.C. Col.Lomas de Santa Fe, 2003.

COOK, Terry. A Ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. Revista Informação Arquivística, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, p. 123-148. dez, 2012. Disponível em: www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/download/9/20. Acesso em: 10 set. 2019.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. Revista Acervo, Rio de Janeiro v.28, nº2, p.147-163, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/613/648>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da Proveniência Arquivística: Uma proposta sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). Revista Acervo, Rio de Janeiro, v.20, nº1-2, Jan./Dez., 2007. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/74>. Acesso em: 10 set. 2019.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, nº13, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: 04 set. 2019.

FRANCH, David Iglesias. Interrogantes sobre la fotografía digital: una aproximación a los fundamentos. Centre de Recerca i Difusió de la Image (CRDI). Disponível em: http://www.girona.cat/sgdap/docs/pos7cv5iglesias_06_cas.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

FREUND, Gisèle. La fotografía como documento social. Editorial Gustavo Gil, S.A., Barcelona, 1983.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Edições Vórtice, Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1990.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2ª ed. 2001

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. História. Ciência, Saúde-Manguinhos. vol.19 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100015. Acesso em: 23 out. 2019

MENNE-HARITZ, Angelica. Access – The Reformulation of na Archival Paradigm. Archival Science, Kluwer Academic Publishers, p. 57-82, Netherlands, 2001. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.511.1667&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019

CRUZ MUNDET, José Ramón. Arquivística. Gestión de documentos y administración de archivos. Madrid (ES): Alianza Editorial S.A., 2012.

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Editora UNICAMP, Campinas, 2012.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Companhia da Letras. São Paulo, 2004.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Hearther. Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

arquivistas@gmail.com